

UM ENCONTRO COM ESMERALDA MARIANO: REFLEXÕES SOBRE O FAZER ANTROPOLÓGICO EM MOÇAMBIQUE E ALHURES

ENTREVISTA COM A ANTROPÓLOGA ESMERALDA
MARIANO, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE EDUARDO
MONDLANE (MAPUTO – MOÇAMBIQUE).

Denise Pimenta¹
Laura Moutinho²

Os encontros, as relações independentemente de serem simétricas ou assimétricas, elas geram transformações. Se conseguimos sobreviver, resultado de negociações, perdas, empréstimos e acumulações, veremos sim o surgir de novas produções.

O nosso primeiro encontro com a antropóloga Esmeralda Mariano - durante a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu no estado da Paraíba, no ano de 2017 – foi em meio a um momento privilegiado de debate e reflexão a respeito da Antropologia produzida em África. Tratou-se de um evento³ realizado a partir dos esforços das professoras Laura Moutinho (USP) e Andrea Lobo e do professor Wilson Trajano Filho (UnB), no qual reuniram-se

¹ Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

² Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil. Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Bolsista produtividade do CNPq. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia. Bolsista produtividade do CNPq.

³ O evento foi possível graças ao apoio da Fapesp (processo No 16/09840-0), do CNPq através do projeto Projeto PROÁFRICA: “A Vizinhança nas entrelinhas: alianças e conflitos, trocas (des)iguais e cooperação entre Moçambique e África do Sul”, aprovado na Chamada MCTI/CNPq Nº 46/2014 – Programa de Cooperação em

nomes de importância internacional neste campo, como por exemplo, Carlos Cardoso, Cláudio Furtado, Brigitte Bagnol, Colin Darch⁴, Lívio Sansone, Juliana Braz Dias, Antônio Tomaz, dentre outros.

Neste evento, que esteve entre as atividades iniciais do projeto Pro-Africa “A Vizinhança nas entrelinhas”, iniciamos um conjunto de reflexões sobre olhares cruzados sobre África num esforço de dar inteligibilidade a produção contemporânea realizada em alguns países do continente, bem como de refletir sobre as relações acadêmicas Sul-Sul e as heranças coloniais. Nos reencontramos novamente em setembro de 2017, por ocasião do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades⁵ e ao ouvirmos novamente Esmeralda Mariano discorrer sobre seu trabalho de campo em Moçambique com instigantes questões de gênero, violência, sexualidade e saúde, notamos que seria muito interessante partilhar suas reflexões, trajetórias e textos com um público brasileiro mais amplo.

Certa vez, disse o antropólogo Segone Cossa, um antigo aluno da pesquisadora: “Não se pode falar de Esmeralda Mariano em dois ou três parágrafos, dando uma ideia muito redutora do complexo trabalho que desenvolve como uma antropóloga engajada em contaminar e ser contaminada pelo mundo em que vive e pelas pessoas com que interage”. Portanto, buscamos a partir desta breve entrevista, trazer um pouco das experiências e reflexões desta antropóloga moçambicana extremamente engajada e comprometida com a produção e reprodução do saber antropológico em Moçambique e alhures. .

1) Professora Esmeralda Mariano, você é uma antropóloga moçambicana com uma rica e diversa formação acadêmica, saindo de Moçambique, passando pela Itália até seu doutorado na Noruega. Por favor, conte-nos um pouco sobre sua experiência enquanto discente, que passou pela Universidade Eduardo Mondlane, pela Universidade de Gênova e, por fim, concluiu sua tese na Universidade de Bergen. Como se deu

Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África, coordenado desde o Departamento de Antropologia da USP e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

⁴ Ver alguns dos *papers* apresentados foram publicados no formato de artigos no dossiê “Olhares cruzados para a África: Trânsitos e Mediações”, organizado por Laura Moutinho, Wilson Trajano Filho e Andrea Lobo, na Revista de Antropologia USP, v.60, n.3, 2017.

⁵ Evento realizado na UNEB, sob coordenação geral de Suely Messeder, como parte das atividades de comemoração dos 10 anos do seminário que a cada dois anos reúne pesquisadores e atividades de renome nacional e internacional para refletir sobre gênero, sexualidade, interseccionalidade. Suely Messeder foi ainda a responsável pela vinda da professora moçambicana ao Brasil.

este trajeto acadêmico? O que a levou à escolha destas Universidades e destes países europeus?

Antes de mais, gostaria de dizer que nesta primeira questão, existem algumas imprecisões que irei esclarecer ao longo da conversa-respostas. Falar da minha trajetória acadêmica é um exercício de memória, e de reconstrução da minha experiência de vida, que merece um certo cuidado de peneirar o que dizer, omitir e revelar, e requer uma certa capacidade formal e estética de expressar, usando linguagens particulares conforme os contornos dessa trajetória.

Em meados dos anos oitenta vivia e trabalhava em Maputo-Moçambique, altura em que conheci e me casei com um cidadão italiano. Por razões do seu trabalho, em 1991, fui viver para Gênova- Itália.

Não escolhi a Itália para me formar. Mas tornou-se o lugar para me formar. Não sei se foi mero acaso. Foram certamente por conta das circunstâncias da vida que elegi a Itália, como uma oportunidade e espaço para a construção do meu percurso acadêmico. Inspirada por um amigo de família, antropólogo moçambicano, jesuíta, que vivia em Roma, Padre Ezequiel Gumbé (falecido em 2016), conjugando interesses individuais e coletivos e as possibilidades ao meu redor, que em 1995, inscrevi-me no curso de licenciatura em Letras (com Orientação em Etnoantropologia) na Faculdade Letras e Filosofia na Universidade dos Estudos de Gênova.

Recordo-me que Gênova, nessa altura (1992), era o palco das celebrações dos 500 anos da descoberta da América por Cristóvão Colombo. Foi um momento marcado por manifestações e protestos, de debates críticos sobre a escravatura e o genocídio de povos e culturas. As reflexões sobre os sentidos das descobertas do chamado novo continente, eram também feitas nas salas de aulas na Universidade. Na disciplina de “História das Explorações Geográficas”, por exemplo, resgatávamos registos escritos sobre as histórias de dominação e de revoltas, contadas pelos indígenas, contrastando a imagem estereotipada dos povos dominados e a historiografia distorcida. O ponto de vista do nativo sobre a colonização me reconduziu a pensar na minha história e do meu país, comparativamente. Disciplinas como “Etnologia Religiosa”, “Historia de África”, “Etnologia de África”, mais particularmente, a “Historia do Pensamento Científico”, despertou em mim interesse pelo conhecimento da medicina tradicional em Moçambique.

Concluída a minha formação, em 1998, no ano seguinte, estava envolvida num programa de formação e de pesquisa, no âmbito de um acordo de colaboração entre a Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) e a Universidade de Sassari (Sardenha-Itália), entre 1999 e 2000. Este projecto se propunha elaborar, com base numa abordagem antropológica sobre temas de saúde e doença, estratégias educativas úteis à preparação de formadores a nível cognitivo e de atitude, para intervenções na didática e pesquisa, no campo da saúde. Na verdade, desde o início deste programa, estávamos conscientes da complexidade da situação: a diversidade do mosaico cultural da sociedade moçambicana, significando uma multiplicidade de modos de conceber a saúde e a doença, técnicas de prevenção e de cura, definições das figuras profissionais específicas, diferenças nos vários contextos, e em relação à biomedicina.

Este projecto, coordenado pela Professora Gabriella Mondardini Morelli, incluía a formação teórico-metodológica em Antropologia Médica, e uma pesquisa realizada em Xipamanine - Maputo, um bairro de alta densidade populacional com um fluxo continuo de imigrantes vivendo em condições de habitação e saneamento precárias. A pesquisa incidia sobre os itinerários terapêuticos entre os habitantes de Xipamanine. A escolha deste local baseou-se nas características descritas, e pelo fato de que na época, investigadores (médicos, microbiólogos) da Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane e da Faculdade de Medicina (Departamento de Microbiologia) da Universidade de Sassari desenvolviam pesquisas nesta artéria da cidade. Os dados das pesquisas resultaram em publicações em livros, reunindo contribuições de antropólogos e médicos de Moçambique e Itália, por exemplo: *Antropologia dela Salute in Mozambico* (2002) editado pela Editora Sarda da Universidade de Sassari, disponível em rede.

A colaboração com colegas médicos e o interesse destes pela antropologia ampliou os meus contatos e diálogos com investigadores alhures. Por exemplo, através da Agência de Cooperação e Desenvolvimento da Noruega (NORAD) que financiava programas de desenvolvimento institucional, através da formação de docentes e investigadores no campo da Saúde Pública, constituiu-se mais uma oportunidade para obtenção do grau de mestre em Antropologia Social (com Orientação em Ecologia Humana). Os beneficiários das bolsas deste programa de cooperação entre as Faculdades de Medicina da UEM e da Universidade de Olso eram principalmente médicos. Neste âmbito, conheci em Moçambique, especialistas gineco-obstetras e antropólogas com interesses no campo da saúde. O encontro com a Professora Benedicte Ingstand (Antropóloga Médica no Departamento da prática geral e da saúde da

comunidade daquela instituição) foi determinante para que em finais de 1999 obtivesse uma bolsa de estudos para a Noruega. Foi assim que entre 2000 e 2002 fiz o mestrado no Centro de Estudos de Desenvolvimento da Faculdade de Ciências Sociais na Universidade de Bergen.

Entre 2002 e 2004, estive envolvida em várias consultorias e pesquisas com diferentes agências internacionais, enquanto era também docente (a tempo parcial) de Antropologia da Saúde, na Faculdade de Medicina da UEM. Particpei do desenho curricular e lecionação deste primeiro curso de Mestrado em Saúde Pública em Moçambique. Neste período procurava definir a minha posição sócio-profissional, o campo de aplicação da formação académica em antropologia e de consolidação do aprendizado. As experiências de pesquisas aplicadas no campo da saúde foram muito úteis para o encontro com antropólogos moçambicanos que trabalhavam no campo da saúde, e delinear minha trajetória no espaço académico.

A Socióloga e antropóloga Maria Jose Artur, reconhecida ativista pelos direitos humanos e das mulheres em particular, na altura a se desligar do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), convidou-me a integrar ao grupo neste departamento. O Professor Cristiano Matsinhe foi quem me estimulou a quebrar a timidez e relutância para “entrar” no DAA. As portas foram abertas pelo Professor Alexandre Mate, que carinhosamente me acolheu e prontamente fez as diligências para minha contratação como docente na categoria de Assistente Estagiária.

Outros ventos do Norte, do mundo europeu, cruzaram-se em meu percurso de investigação e docência em Moçambique, trazendo ulteriores possibilidades de acrescer a minha carreira intelectual. Refiro-me ao doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Católica de Leuven (KULeuven), entre 2008 e 2014, no âmbito da cooperação institucional entre a UEM e um consórcio de Universidades Flamengas da Bélgica.

2) Além de tantos elementos interessantes de sua formação académica, sem dúvida, chama atenção sua relação com Fredrik Barth, um dos supervisores de sua pesquisa académica. Conte-nos qual a influência deste autor – tão importante nas Ciências Humanas - em sua trajetória antropológica.

Tive o privilégio e a sorte de participar em seminários, aulas e também encontros informais com o Professor Fredrik Barth, durante o meu mestrado

na Noruega. Foram poucos e breves os contatos que tive com ele, mas intensos e que deixaram marcas na minha trajetória. Uma lembrança presente, e que me impressionou positivamente, foi a sua grandeza intelectual, modéstia e humanismo, transmitida na sua forma simples e clara de interlocução, que aparentemente contrastava com a elaboração dos seus escritos. Fredrik Barth e Gunnar Halland (coordenador do curso) proporcionaram aos estudantes do meu curso, encontros e diálogos com outras tantas figuras de destaque da antropologia contemporânea e pós-modernista, entre estes Unni Wikan, George Marcus, Andrew Peter Vayda, Bruce Kapferer, Bjorn Bertelsen...

Dois aspectos que merecem destaque em Fredrik Barth: o primeiro, diz respeito à sua rejeição às generalizações dominantes na antropologia, propondo um modelo de análise das variações culturais, das interrelações entre os elementos e processos culturais, considerando o conhecimento como um recurso cultural. A reconceptualização do termo “cultura” foi um marco central da sua contribuição teórica, e que me influenciou no repensamento da nossa postura e atitude em relação ao estar e ser mundo.

O segundo aspecto, também que se interpenetra com o conceito de cultura por ele reelaborado e desconstruído é o de “fronteira”. A importante obra Barth, *Ethnic Groups and Boundaries* (1969), ocupa um lugar de destaque nas Ciências Sociais, em particular na antropologia, pelo facto de propor uma mudança de abordagens de estáticas para interativas. Barth concentrou-se na interface e na interação entre os grupos que originam identidades e que se manifestam dentro e no cruzamento de fronteiras. O conceito de fronteira é central na sua análise, onde os grupos não são isolados culturalmente e descontínuos, mas resultam de processos de negociações nas fronteiras entre grupos de pessoas. Ele explora os efeitos da construção de fronteiras, realçando que nos grupos populacionais observamos fluxos, contradições e incoerências, distribuídos de forma diferenciada de acordo com a posição das pessoas.

3) Que outros autores/autoras ou escolas antropológicas a influenciaram?

Naturalmente que são várias as escolas e autores/as que influenciaram minha trajetória. Referindo-me a alguns, durante a formação em Itália, as minhas Professoras formadas em França, transmitiram as abordagens do estruturalismo e simbolismo de Claude Levi-Strauss, a complexidade e a interpretação da desventura de Marc Augé, por exemplo, que se refletiram no meu trabalho de licenciatura. Vivendo em Itália, para além das correntes teóricas captadas na

universidade, a frequência em círculos de intelectuais influenciou igualmente no meu processo formativo. Por exemplo, as teorias de Gramsci (sobre as subalternidades, hegemonias e as desigualdades sociais), portanto perspectivas que redirecionariam minha atenção para questões mais críticas, que mexem com a política e economia.

As experiências de pesquisa em que estive diretamente envolvida e interessada em explorar aspectos mais profundos e íntimos da vida e da subjetividade, aproximou-me a outras perspectivas teórico-metodológicas. Através das tradições fenomenológicas, conceitualizei o corpo da mulher não como um substrato biológico desprevenido de boa saúde, mas como um terreno existencial de conhecimento vital, que incorpora gênero, maternidade e realização humana. De forma apaixonada, centrei meu enfoque na busca das experiências, e compartilhando a vida dos meus interlocutores, tanto na dor como na excitação, das suas histórias familiares, dos problemas políticos, econômicos e ambientais do país e mundo.

A psicologia também tocou e percorreu a minha trajetória, pelo interesse nos processos de tratamento e cura na medicina tradicional. No meu doutorado na Bélgica, na Universidade Católica de Leuven, conheci o Emérito Professor René Devisch, que foi meu mentor e membro de júri do meu doutoramento. Sua produção de conhecimento (sobre fertilidade e as forças generativas dos rituais terapêuticos), dentre outros, gentil e generosamente partilhada, constituiu uma valiosa fonte de inspiração e de orientação para o meu trabalho de doutoramento. Sua abordagem praxiológica é inspirada na fenomenologia. Para Devisch, a existência é analisada como um tecido de fios firmes e delicadamente entrelaçados com o cosmos, o corpo e a sociedade.

4) Como você apresentaria a antropologia realizada em Moçambique ao público brasileiro?

Um primeiro pressuposto é de que a antropologia realizada em Moçambique é e está sendo construída e desconstruída por nacionais e não-nacionais. Os/as antropólogos/as, atualmente, no Departamento de Arqueologia e Antropologia, tiveram parte da sua formação fora de Moçambique. Pensando na porosidade das fronteiras, a produção contemporânea antropológica de e em Moçambique não tem uma definição conceptual e teoricamente definida. Fora dos muros da academia, diria que existe uma antropologia aplicada e politicamente ativa. Uma produção teórica-pura, parece-me ainda inexistente. O

próprio sentido de pureza não faz muito sentido, devido ao caráter heterogêneo do contexto moçambicano.

Para responder a esta questão contei com a colaboração do meu colega Johane Zonjo, o qual agradeço. De forma sistemática e cuidadosa está a reconstruir a história da antropologia em Moçambique para uma futura edição em livro. Querendo delinear o percurso da antropologia em Moçambique e a sua produção no pós-independência pode se dividir em dois grande momentos. O primeiro, a seguir à independência do país em 1975, caracterizado pela ideia e convicção de que a antropologia era uma ciência filha do colonialismo, e por via disso, foi relativamente marginalizada como disciplina. Na única instituição pública de ensino superior, a Universidade Eduardo Mondlane, foi criado um importante centro de investigação e formação de quadros, o Centro de Estudos Africanos (CEA). Por motivos políticos e ideológicos vigentes, após independência, o CEA não incluiu nas suas disciplinas a antropologia.

Em meados dos anos 80, e de forma progressiva, com a formação de quadros moçambicanos no exterior (França, Portugal, Inglaterra, por exemplo) a antropologia começou a conquistar o seu espaço e a ser convidada a dar a sua contribuição. A própria conjuntura assim o requeria. Nos meados dos anos 90, a Universidade Eduardo Mondlane introduziu o curso de licenciatura em antropologia, que agora conta com um Mestrado em Antropologia Social e com várias especializações. Por essa altura, assiste-se também a introdução de cadeiras de antropologia em várias outras instituições de ensino superior em diferentes partes do país, assim como também a relevância do conhecimento antropológico foi gradualmente reconhecida por instituições e agências do sector público, da sociedade civil e do sector privado.

Assim, em termos de produção antropológica, eu diria que numa primeira fase, entre os anos 1975 a finais dos anos 80, quando a disciplina encontra-se marginalizada, constatamos a existência de uma literatura que procura vincar o papel e a importância da antropologia no país bem como outros estudos sobre os aspectos da vida urbana e sua relação com o meio rural, referentes à vida das populações em Moçambique. Dos anos 90 em diante, encontramos muita produção virada para as questões de desenvolvimento, de cultura e identidade, das autoridades tradicionais e religiosas, de saúde e doença, da educação, família e parentesco, de economia, de género, corpo e sexualidade, das questões ambientais e ecologia, etc. Pode-se dizer que o campo da antropologia cobre uma gama de áreas de políticas públicas em implementação no país.

5) Qual a relação desta produção com a independência em relação a Portugal e, posteriormente, com a chamada “guerra dos 16 anos”?

No período colonial, há uma preocupação por parte das autoridades coloniais portuguesas em Moçambique de fazer uma antropologia para o controlo social, político e de dominação. Numa primeira fase, o enfoque era nos estudos de antropologia física por missionários e administradores coloniais. Na altura, foi instituída a Missão Antropológica de Moçambique, dirigida no terreno por Joaquim Rodrigues Santos Júnior, que realizou campanhas de estudo entre 1936-1956. E o foco principal dessa missão era o estudo das raças, dos dados antropométricos, dos caracteres somáticos, a arqueologia, e muito pouco de etnografia. Ou seja, havia um interesse pela motricidade humana nas colónias, neste caso concreto, de Moçambique. Esse interesse pela antropologia física coincide também com o momento em que Portugal, na sua ação colonizadora em Moçambique, estava preocupado com aquilo que em Moçambique chamamos de culturas forçadas – sisal, algodão etc. – e que levaram a fugas maciças de moçambicanos, ou então a situações de resistências...

A partir dos anos 57 até a proclamação da Independência em 1975, a antropologia que se faz em Moçambique já não é tanto a antropologia física ou biológica, ela tem agora um grande enfoque na questão da cultura e sociedade. Ou seja, assistimos a uma viragem de paradigma. Nessa altura é instituída a Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar, dirigida pelo grande antropólogo Jorge Dias. Esse momento coincide com a altura em que se vai desenrolar a luta pela libertação do país.

No período pós-independência, a antropologia numa primeira fase sofreu uma relativa marginalização. Ela não esteve no conjunto das ciências sociais que são “adoptadas” pelo novo regime como referências para a construção do novo poder. Ela foi vista por alguns sectores como a ciência filha do colonialismo. Mas, na segunda metade dos anos 80, aos poucos, a antropologia começa a recuperar o seu lugar e começa a ser convidada a dar, cada vez mais, a sua contribuição para o desenvolvimento do país.

6) Atualmente, há uma grande discussão sobre a produção do conhecimento das Ciências Sociais tanto em África quanto na América Latina e também em boa parte da Ásia. Nesta disputa pelos discursos e produções académicas floresceram as chamadas “Epistemologias do Sul” e outras perspectivas Sul-Sul. Fale-nos de sua relação com

esses processos de produção de conhecimento que relativizam fluxos e perspectivas.

A colocação de “nós” como indivíduos num campo definido é sempre problemático, principalmente no estabelecimento das relações. Os encontros, as relações independentemente de serem simétricas ou assimétricas, elas geram transformações. Se conseguimos sobreviver, resultado de negociações, perdas, empréstimos e acumulações, veremos sim o surgir de novas produções.

No seu questionamento menciona um termo muito forte, “disputas”, que pode ser usado para elaborar uma resposta, ou se calhar fazer outras perguntas. Se pensamos a produção do conhecimento como um campo de batalha, certamente encontraremos uns mais fortes que os outros, vencedores que se proclamam produtores de um conhecimento que não espelha o sentimento dos indivíduos objetos de estudo.

Eu penso que a experiência e a minha existência mostram a relativização dos fluxos, o que ainda tenho dúvidas é sobre quem define o que é um conhecimento, sua validade e reconhecimento. Qual deve ser o formato da produção de conhecimento? Quem consome ou se beneficia desse conhecimento? Em Moçambique temos produzido conhecimento para responder a prioridades e problemas emergentes. O problema é que dentro da academia usamos instrumentos, critérios e parâmetros desfasados da realidade atual. Se calhar temos medo de afirmar e assumir que a tradição oral, outras linguagens corporais e tecnologias pode e devem ser apropriadas e reconhecidas na produção do conhecimento e como produção.

7) Entendendo que as “Epistemologias do Sul” e as “Epistemologias do Norte” não correspondem respectivamente ao Sul Global e ao Norte Global, a partir de suas experiências acadêmicas, poderíamos dizer que apesar de estarem localizados a Norte – Itália, Bélgica e Noruega - seriam compatíveis com o “Sul” no que tange às discussões antropológicas e das Ciências Humanas de modo geral?

Considero que tanto as teorias como as pessoas não estão enclausuradas. Todas as experiências nos levam à reflexão para agirmos, incorporar ou rejeitar em momentos e circunstâncias particulares. As Ciências Humanas, a Antropologia em particular, desde sempre mobilizou e fez empréstimos de vários campos de conhecimento para abordar de forma analítica as diferentes ques-

tões da vida humana. Similarmente, a globalização não é fenômeno novo. A escravatura existiu há 500 anos e continua a existir na era das tecnologias mais avançadas usando velhas e novas formas. Assim, pensando também nos fluxos e nos processos de negociação e de acomodação, acho que podem ser compatíveis e também incompatíveis, admitindo as variações, e contra essencialismos e universalizações.

8) Desde a pós-graduação, suas pesquisas na antropologia têm se debruçado sobre as questões envolvendo as mulheres como por exemplo fertilidade e infertilidade, modificações corporais (genital), sexualidade, erotismo, dentre outros. Fale-nos sobre suas pesquisas e trabalhos de campo.

O meu trabalho mais recente, insere-se na antropologia médica-crítica e nas tradições fenomenológicas. Autores/as como Nancy Scheper-Hughes, João Bihel, par citar alguns críticos, corajosos e destemidos, são inspiradores no meu posicionamento engajado e participativo e nas minhas análises. Tenho sim trabalhado sobre este temas e cada vez mais solicitada internamente (no meu íntimo e volição) e externamente (encomendas das organizações e serviços de consultorias) a investigar temas mais complexos, sensíveis e que espelham a realidade moçambicana atual. Sinto que preciso de encontrar o devido distanciamento geográfico para analisar e teorizar os temas que fui investigando como as questões expostas.

Digo isto porque neste preciso momento, estou coordenando uma pesquisa relacionada com “Mulheres, Paz e Segurança” em Moçambique, em contextos onde convergem sinais de pobreza social e de riqueza económica (com o boom das indústrias extrativas), onde a violência rampante se expressa em tom alto nos discursos do poder político enquanto se multiplicam novas formas de violência que são silenciadas.

9) É bem claro para nós que suas preocupações antropológicas perpassam pelos Estudos de Gênero. Cada vez mais, percebemos que existe uma outra perspectiva dos Estudos de Gênero que passa pelo continente africano, sendo uma das mais conhecidas expoentes deste grupo a socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí, que aponta para uma outra “mulher” que não aquela definida pelas pesquisadoras feministas ocidentais. Quais são suas percepções sobre estas disputas de sentidos

dos feminismos ocidental e não ocidental? Qual a especificidade de Moçambique nesse processo?

Oyèrónkẹ Oyèwùmí é um exemplo de africanista que propõe e sugere a mudança de paradigma. Acho que, como ela, outros africanistas revelam que em alguns casos não se trata de despejar a água e o bebê. Já temos experiência de que este tipo de rejeição ao ocidente, de acusação histórica e de vitimização do colonialismo é contraproducente. Sabemos que fomos e somos reinventados e imaginados.

Para mim, a questão nem seria de dar atenção às disputas entre as perspectivas, mas sim discutir o que é ser pessoa, indivíduo num contexto em que o seu valor está cada vez mais fragilizado, vulnerável e muitas vezes incerto. Não quero dizer que não existam diferenças nas relações entre os indivíduos baseadas no dados genitais (um fato biológico reducionista) e que determina as relações entre os indivíduos. A questão dos privilégios, das hierarquias, senioridade que Oyèrónkẹ Oyèwùmí se refere nas suas análises de gênero deve ser questionado. Quem é essa outra “mulher”?